

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da prescrição jurídica, para o fim de fato de recuperação judicial do devedor.

Recuperação de Créditos: Deverão ser computados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o montante dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer época ou a qualquer título, inclusive nos casos de novação/diluição ou do arresto dos bens recebidos em garantia real.

Adicionalmente, de acordo com a MP 1.261/24 ou os instrumentos financeiros que se encontrem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas, assim como de créditos de lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Impactos Estimados da Adoção das Novas Normas: As normas normas acima mencionadas começam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025, porém, conforme estabelecido pela normativa, as instituições devem divulgar nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, os impactos estimados da implementação dessas regulações contábil e fiscal, sobre o resultado e a posição financeira do Banco.

Os quadros abaixo apresentam os impactos estimados dos novos normativos frente as demonstrações financeiras na data-base de 31/12/2024.
Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados provenientes da adoção das novas normas: 1.358.083

4. Caixa e equivalentes de caixa: Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Disponibilidades: Contas correntes bancárias: 3.285 / 4.072
Aplicações interfinanceiras de liquidez: 502.227 / 362.580

5. Títulos e valores mobiliários: Referem-se a fundos de investimento em direitos creditórios classificados como disponíveis para venda, com possibilidade de resgate antecipado, conforme a seguinte disposição:

Dez/2024 Dez/2023
Valor de Custo Atualizado Valor de Mercado Valor de Custo Atualizado Valor de Mercado

a. Cotas de investimento - Fundo de investimento em direitos creditórios: Para a data base de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Banco possuía cotas subordinadas de dois fundos de investimentos em direitos creditórios:

(i) Fundo de investimento em direitos creditórios Auto-Honda: É um fundo de investimento administrado pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. E gerido pela BRAM - Bradesco Asset Management S.A.

(ii) Fundo de investimento em direitos creditórios Moto-Honda: É um fundo de investimento aberto, administrado pelo Santander Caceis Brasil Distribuidora De Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela Cultinvest Asset Management Ltda.

2º Semestre 2024 Exercício Dez/2024 Dez/2023
Rendas de aplicação em cotas de fundo de investimento: 11.776 / 23.083 / 22.227

6. Instrumentos Financeiros Derivativos: Política de utilização: O Banco Honda utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descausamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem.

Objetivos: O objetivo é a proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom, cambial, real e CDI).

Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado: Com a finalidade de mitigar o risco de mercado, representado na Instituição pelo "IRPB (risco de taxa de juros na carteira bancária)", é realizada a identificação, mensuração, controle e mitigação da exposição ao risco de mercado da carteira bancária, utilizando choque de juros padronizado a fim de verificar impactos no valor econômico e no resultado, respectivamente, por meio dos indicadores: a) Economic Value of Equity (EVE) que avalia os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa e b) Net Interest Income (NII) que avalia os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação.

a) Carteira de Derivativos: Valor de custo Valor justo
Tipo Valor referência Ajuste a receber Ajuste a pagar Posição líquida Ajuste a receber Ajuste a pagar Posição líquida

(1) Swap: Hedge de risco de mercado (Hedge econômico)
(2) Swap - HAFC: Hedge Accounting Fluxo de Caixa
No exercício de 2024, o Banco Honda efetuou operações de Hedge Accounting Fluxo de Caixa, sendo que a parcela efetiva das marcações é o mercado, são contabilizados em conta do Patrimônio líquido, já líquido dos efeitos tributários.

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos por prazos de vencimento: Os valores de mercado e por taxa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Dez/2024 Vencimento - Valor justo: Até 90 dias, de 91 a 180 dias, de 181 a 360 dias, A vencer após 360 dias, Total geral
Tipo Swap (ponta ativa), Swap (ponta ativa) - HAFC, Swap (ponta passiva), Swap (ponta passiva) - HAFC

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos: 2º Semestre 2024 Exercício Dez/2024 Dez/2023

7. Operações de Crédito: a. Composição da carteira de crédito por setor de atividade: Indústria 3.265 / 1.447, Comércio 176.633 / 101.942

b. Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento: Parcelas Vencidas: Até 14 dias, De 15 a 90 dias, De 91 a 180 dias, De 181 a 360 dias, Total vencido: 223.443 / 158.377

c. Concentração do risco de crédito: Dez/2024 Dez/2023: Dez maiores devedores 53.421 / 29.491

d. Composição da carteira de operações de crédito e correspondente provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por níveis de risco estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional:

Dez/2024 Nível de risco Percentual Normal Vencidas Valor da Carteira Provisão Provisão Adicional Provisão Total

Dez/2023 Nível de risco Percentual Normal Vencidas Valor da Carteira Provisão Provisão Adicional Provisão Total

h) Para perdas associadas ao risco de crédito de operações do segmento de Morto classificadas no rating D em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas provisões adicionais de 2,5%, correspondendo à provisão total de 12,5%, em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas provisões adicionais de 10%, correspondendo à provisão total de 20%.

i. Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no período: 2º Semestre 2024 Exercício Dez/2024 Dez/2023

8. Outros créditos - Diversos: Devedores por depósitos em garantia, Devedores diversos - País, Outros.

Dez/2024 Dez/2023: Saldo inicial, Constituição no período, Créditos baixados como prejuízo, Saldo final, Recuperação de créditos baixados.

9. Depósitos: Depósitos interfinanceiros: Circulante, Exigível a longo prazo.

11. Obrigações para empréstimos: As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo Banco MUFG Brasil S.A., Banco Mizuho do Brasil S.A., Banco Norinchinai e Japan Bank for International Cooperation.

Dez/2024 Dez/2023: Circulante, Exigível a longo prazo.

12. Outras obrigações: Crieis e diversificadas, Credores e diversos - País, Taxa de registro - Alienação a pagar, Seguros sobre financiamento, Comissão a pagar, Valores a pagar às sociedades ligadas, Bônus a pagar, Contas a pagar, Despesas de pessoal.

Dez/2024 Dez/2023: Circulante, Exigível a longo prazo.

13. Provisão para passivos contingentes: O Banco possui processos de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais de reclamações de terceiros e ex-empregados ou de ações e questionamentos.

Dez/2024 Dez/2023: Natureza Contingências cíveis (i), Contingências trabalhistas (ii), Contingências tributárias (iii).

Dez/2023 Natureza Contingências cíveis (i), Contingências trabalhistas (ii), Contingências tributárias (iii).

14. Imposto de renda e contribuição social: a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações:

Dez/2024 Dez/23: Resultado antes da tributação, Adições temporárias, Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, Marcação ao Mercado dos derivativos, Provisão comissão e bônus, Outras adições, Excluídos, Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, Créditos inrecuperáveis, Recuperação de créditos baixados como prejuízo, Reversão/Utilização da provisão para contingência, Marcação ao Mercado dos derivativos, Reversão comissão e bônus, Outras exclusões.

15. Imposto de renda e contribuição social: b. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações:

Dez/2024 Dez/23: Resultado antes da tributação, Adições temporárias, Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, Marcação ao Mercado dos derivativos, Provisão comissão e bônus, Outras adições, Excluídos, Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, Créditos inrecuperáveis, Recuperação de créditos baixados como prejuízo, Reversão/Utilização da provisão para contingência, Marcação ao Mercado dos derivativos, Reversão comissão e bônus, Outras exclusões.

16. Receita de prestação de serviços: 2º Semestre 2024 Exercício Dez/2024 Dez/2023

17. Outras despesas administrativas: 2º Semestre 2024 Exercício Dez/2024 Dez/2023

18. Outras receitas operacionais: 2º Semestre 2024 Exercício Dez/2024 Dez/2023

b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social: Dez/24 Dez/23

IRPJ e CSLL devidos no período, Realização do crédito tributário diferido, Constituição do crédito tributário diferido, Ajustes de períodos anteriores, Total de imposto de renda e contribuição social, Origem dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social.

Adições temporárias - Ativas: Créditos baixados como prejuízo, Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, Provisão para contingências.

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

Saldo em 31/12/2023 Constituição/ Reversão Realização Saldo em 30/12/2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

20. Transações com partes relacionadas

A controladora direta do Banco é a Honda South América Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co., com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a operações de incentivo à venda de produtos fabricados por estas empresas e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes.

	Exercício				
	2024		2023		
	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Honda Automóveis do Brasil Ltda. (Coligada)					
Valores a receber.....	-	229	-	-	-
Moto Honda da Amazônia Ltda. (Coligada)					
Valores a receber.....	-	-	(205)	-	(211)
Outras despesas.....	(1.405)	(295)	(2.528)	(253)	(2.325)
Honda Serviços Ltda. (Coligada)					
Prestação de serviço de assessoria administrativa.....	(17.264)	(5.611)	(34.897)	(3.564)	(30.777)
Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. (Coligada)					
Aluguel de móveis e equipamentos.....	(110)	-	(751)	(196)	(2.422)
Depósitos a prazo.....	(31.005)	(653.265)	(59.902)	(492.966)	(52.601)
Valores a receber.....	-	-	-	-	(12)
FIDC Leasing (Coligada)					
Depósitos interfinanceiros.....	(1.285)	(25.331)	(2.488)	(23.555)	(2.766)
FIDC Auto Honda (Investimento)					
Agente de cobrança.....	3.096	-	6.745	-	4.912
FIDC Moto Honda					
Agente de cobrança.....	4.457	-	9.622	-	6.633

O Banco dispõe de uma Política de Remuneração dos seus Administradores que prevê o pagamento de remuneração variável condicionada ao resultado do Banco, e qualquer remuneração deve ser aprovada sempre no exercício anterior ao do pagamento e se atendidos os quesitos mínimos previstos nesta Política.

No semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco não efetuou pagamentos de remuneração variável aos seus Administradores, uma vez que a remuneração dos administradores é realizada por outra Empresa do conglomerado.

21. Outras informações

a. Fundo de pensão

O Banco é patrocinador da PREVIHONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do exercício de 2024 somaram R\$ 216 (R\$ 209 no exercício de 2023), contabilizados na rubrica de despesa com pessoal.

b. Limite operacional

Em 31 de dezembro de 2024, o Índice de Basileia apurado pela instituição foi calculado em conformidade com a nova regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 30,38% (36,34% em 31 de dezembro de 2023, conforme legislação vigente à época).

c. Gerenciamento de Riscos e Capital

Para atendimento ao requerido nas Resoluções 4.945/21 e 4.557/17, ambas do CMN, além da Resolução BCB 130, o Banco Honda dispõe de estrutura específica para a gestão integrada de riscos e de capital, sendo as atividades principalmente centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos. Para nortear essas atividades, a diretoria do Banco Honda estabeleceu diferentes níveis de severidade de perdas, considerando, o apetite por riscos da Instituição, e respectivos alertas para acionar ações e contramedidas específicas. Destaca-se ainda a realização contínua de testes de estresse. Tais procedimentos, dentre outros, encontram-se descritos nas políticas para o gerenciamento de riscos e de capital, assim como na declaração de apetite por riscos.

Gerenciamento do Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito se baseia na manutenção de ativos financeiros de alta qualidade, ou seja, com reduzida probabilidade de perdas de valores por risco de contraparte, utilizando-se de modelos desenvolvidos para avaliar o grau de risco de cada grupo/cliente, assim como ponderações tempestivas, considerando a dimensão do risco de contraparte, de concentração e os efeitos das variações macroeconômicas. Sobre o risco de crédito de contraparte, este aborda a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações. Em relação ao risco de crédito de concentração, vincula-se diretamente à possibilidade de perdas associadas a exposições significativas a uma mesma contraparte. O Banco Honda utiliza modelos internos para calcular a probabilidade individual de default de cada cliente e o valor em risco projetado.

Gerenciamento do Risco de Mercado

Com a finalidade de mitigar o risco de mercado, representado na Instituição pelo "IRRRB (risco da taxa de juros na carteira banking)", é realizada a identificação, mensuração, controle e mitigação da exposição ao risco de mercado da carteira bancária, utilizando choque de juros padronizados a fim de verificar impactos no valor econômico e no resultado, respectivamente, por meio dos indicadores: a) Economic Value of Equity (EVE) que avalia os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa e b) Net Interest Income (NII) que avalia os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação.

Gerenciamento do Risco de Liquidez

Objetivando garantir a manutenção de recursos necessários, conforme estratégias dos negócios, a Instituição adota controles rigorosos sobre o fluxo de caixa futuro a fim de mitigar quaisquer riscos de liquidez. Neste sentido, o Banco Honda adota procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar possíveis descasamentos entre entradas e saídas de valores nos compromissos futuros, considerando riscos de contrapartes, prazos e indexadores.

Gerenciamento do Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional possui como principal objetivo a efetivação de medidas referentes a procedimentos, padrões e instrumentos que possibilitem a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de perdas relacionadas ao negócio, sejam estas decorrentes de ocorrências externas ou internas, tais como fraudes, erros, desvios ou práticas inadequadas de colaboradores, parceiros, agentes externos, entre outros.

Gerenciamento do Risco Socioambiental

Com a finalidade de se mitigar as perdas, provenientes de danos socioambientais, a Instituição promove, dentre outras medidas, a efetivação de rotinas e procedimentos, para seguir, além das diretrizes corporativas, as diretrizes internas para monitoramento e prevenção dos riscos socioambientais nas operações dos negócios, assim como investe no desenvolvimento e capacitação dos profissionais por meio de treinamentos e certificações.

Gerenciamento do Risco de Conformidade

Para o gerenciamento do risco de conformidade, a Instituição busca propor, adequar e fortalecer o sistema de Controles internos, por meio da apresentação de informações, orientações e subsídios para a tomada de decisão pela "Alta Administração" em um contexto orientado para se assegurar a conformidade da Instituição em termos legais, em relação aos normativos internos, assim como à "Filosofia Honda".

Gerenciamento do Risco Reputacional

No contexto de gerenciamento do risco em questão, o Banco Honda possui estrutura específica de procedimentos, para a mitigação e controle das perdas oriundas de aspectos que possam prejudicar a reputação da marca Honda.

Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital monitora e controla a necessidade de capital próprio para se fazer frente às adversidades que a Instituição possa incorrer no futuro, considerando também os seus objetivos estratégicos. O Banco Honda desenvolve atividade de avaliação do requerimento mínimo de capital, bem como utiliza procedimentos para a efetivação de projeções e testes regulares, assim como elabora e revisa normativos e estratégias. O detalhamento das estruturas acima expostas está evidenciado no site do Banco Honda, na seção de "Gerenciamento de Riscos", e os relatórios dessas atividades estão disponíveis na sua sede.

d. Covenants

Os covenants são regras estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos que têm por objetivo comprometer o devedor de forma mais eficaz do que as garantias tradicionais. O Banco é devedor por empréstimos (nota explicativa nº 11) obtidos junto ao Banco de Tokyo Mitsubishi Brasil S.A. (Banco MUFG Brasil S.A.), Banco Mizuho do Brasil S.A., Norin Chuo Kinko e Japan Bank for International Cooperation (JBIC), cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioeconômica. Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. Essas informações também são monitoradas e requeridas pelos credores mencionados. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve nenhuma quebra nas cláusulas de covenants por parte do Banco.

e. Análise de Sensibilidade

A manutenção de uma política conservadora pela Instituição minimiza os efeitos da volatilidade de preços do mercado sobre suas posições financeiras. Neste contexto, as captações externas efetivadas pelo Banco (empréstimos em moedas estrangeiras), são 100% protegidas, através de instrumentos financeiros, de variações nos preços das moedas/juros. No que se refere às captações internas, sejam estas pré ou pós-fixadas (risco da taxa de juros), destaca-se a gestão da posição ativa/passiva adequadamente alinhada nestes indexadores, minimizando o efeito da volatilidade da taxa de juros sobre as carteiras e resultados.

f. Resultados recorrentes e não recorrentes

Atendendo às alterações exigidas pela Resolução BACEN nº 2/20 e Resolução CMN nº 4.818, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os resultados divulgados pelo Banco são recorrentes. Dessa forma, não há resultados não recorrentes para os períodos apresentados.

DIRETORIA	RODRIGO NOBORU GONDO Diretor Presidente	MASAICHI KOBAYASHI Diretor	SERGIO LUIZ CRUZ Diretor	FABIO LUIZ LOURENÇO FAVARON Diretor	ARATA ICHINOSE Diretor	JOSÉ MAURO DO CARMO CONTADOR - CRC 1SP168947/O-0
------------------	---	--------------------------------------	------------------------------------	---	----------------------------------	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores do

Banco Honda S.A. - São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Honda S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com

nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distor-

ção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9